REESTRUTURAÇÃO DA EDUCAÇÃO ESCOLAR: POSSÍVEIS DESDOBRAMENTOS PÓS CRISE SANITÁRIA

LARISSA MENDES[1]; SILVIA REGINA ANDRÉ FERREIRA DA CRUZ[2];
CAROLINE TERRA DE OLIVEIRA[3];
ANTÔNIO MAURÍCIO MEDEIROS ALVES[4]

[1]Universidade Federal de Pelotas – larimendespel@gmail.com
[2]Universidade Federal de Pelotas – caroline.terraoliveira@gmail.com
[3]Universidade Federal de Pelotas – alves.antoniomauricio@gmail.com
[4]Instituto Estadual de Educação Assis Brasil – silviarafc@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Mais de 500 mil pessoas já morreram no Brasil por conta da pandemia de coronavírus, vítimas de uma crise política, econômica e social que amplificou os impactos da COVID-19 no país. Entre outros métodos utilizados pelas figuras públicas de governança, a disseminação de *fake news* com discursos conservadores e negacionistas, conduzem a população a não usar máscara, a ir trabalhar sem proteção, a utilizar medicamentos inadequados para o tratamento da doença, bem como ingerir vermífogos para sua imunização.

Apesar dessas tentativas de manter a sociedade sob uma falsa normalidade, as escolas e universidades brasileiras - como diversos setores - logo adaptaram-se às atividades remotas emergenciais. Os professores desde então, ministram suas aulas majoritariamente por plataformas virtuais, adequando suas práticas pedagógicas na tentativa de reduzir os danos causados à educação.

Neste cenário, a educação escolar deixou de significar um espaço físico limitado por paredes de salas de aula em que um professor ensina conteúdos aos alunos agrupados em turmas. Suas bases que se mantiveram praticamente intactactas desde sua origem, agora parecem estar vulneráveis a modificações estruturais.

Visto isso, compreendendo que ainda não há distanciamento histórico suficiente para dimensionar os impactos da pandemia, não pretendende-se esgotar o tema, mas dialogar acerca de alguns possíveis desdobramentos que possam resultar em uma reestruturação do modelo escolar no Brasil após o fim da atual crise sanitária.

2. METODOLOGIA

Esta pesquisa tem caráter qualitativo e bibliográfico, realizada por bolsista de iniciação à docência no Subprojeto de Alfabetização: Núcleo de Ciências e Matemática nos anos iniciais do programa PIBID/UFPel (2020/2022), do curso de Licenciatura em Pedagogia, financiado pela CAPES, com a orientação da profª Dr. Caroline Terra de Oliveira e do prof. Dr. Antônio Maurício Medeiros Alves, e da professora Silvia Regina André Ferreira da Cruz, supervisora do projeto no Instituto Estadual de Educação Assis Brasil.

O estudo teve início durante os encontros assíncronos do PIBID, via *webconferência* que, com o objetivo de situar os pibidianos - alunos em formação inicial - sobre a realidade escolar do espaço de atuação do projeto, promoveu uma série de estudos acerca de documentos orientadores, de projetos políticos pedagógicos, e de diagnósticos escolares desenvolvidos pelos próprios bolsistas.

Porém, a sistematização desses documentos, e de artigos relacionados a eles, não supriram as questões relacionadas à educação durante a pandemia, nem ao futuro da educação escolar como um todo, o que justificou uma investigação acerca de contribuições teóricas que ajudassem na compreensão das contradições históricas que impedem a escola de desempenhar sua função social, e dos caminhos possíveis frente a atual crise.

As reflexões aqui trazidas, são resultado da leitura e discussão acerca das produções de Honorato e Nery (2020); Nóvoa e Alvim (2020); Merladet, Reis e Süssekind (2020); Kohan (2020); e Pina e Gama (2020). Fundamentando-se nas concepções da Pedagogia Histórico-Crítica.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os impactos da pandemia da COVID-19 na educação escolar somam-se a diversos problemas sociais que agravam a crise educacional. Desde fatores diretos, como a falta de acesso de alunos e professores à internet e a equipamentos eletrônicos necessários para as aulas remotas, até questões indiretas e mais graves, relacionadas, por exemplo, a fome ou ao aumento da violência doméstica no país.

De modo algum questiona-se a permanência das escolas fechadas, ou a importância do ensino remoto emergencial durante a atual crise sanitária. Porém deve-se observar com criticidade às soluções hegemônicas e neoliberais que são postas frente a este momento. Percebe-se que há uma tentativa de consolidar um projeto de mercantilização da educação, que através de discursos tecnológicos e "progressistas", buscam implementar parcerias público-privadas e modelos como a educação à distância (EAD), o ensino híbrido, e a educação domiciliar (*homeshcooling*).

Nesse sentido, Pina e Gama (2020, p.343) fazem uma análise histórico-crítica da atual BNCC - aprovada logo após o *impeachment* da ex-presidenta Dilma Roussef, pelo bloco no poder durante o Governo Temer (BRASIL, 2017) - que "incorpora os interesses de uma fração da classe empresarial, a "direita para o social" (DPS), e, dessa forma, consolida mais uma etapa do processo de rebaixamento do nível de ensino destinado às camadas populares." O texto expõe uma série de intervenções empresariais que comprovam a ascensão dessas políticas nos últimos anos.

Ademais, Kohan (2020. p.3) alerta que a situação que vivemos se trata de uma guerra permanente, em que se impõe uma necropolítica higienista, que de diversas formas, mata corpos pobres, pretos e indígenas, desde a colonização do país. Expondo as relações do aumento no valor do real com a crise de covid-19, ele demonstra cruéis alianças entre o capitalismo local e as mortes no Brasil. Segundo o pesquisador, a educação escolar brasileira está hoje encurralada entre a pandemia e a histórica necropolítica, sofrendo o risco emergente de uma desescolarização lenta por parte do Estado.

De fato, a realidade social brasileira é resultado de uma longa construção histórica, e a estrutura escolar é reflexo desse processo alargado, que apenas sofreu uma aceleração no seu tempo histórico e, portanto, não deve sofrer modificações radicais ou recomeçar do zero. Em vista disso, as tentativas de reformistas do último século de modificar a escola que se difundiu mundialmente na segunda metade do século XIX, tiveram pouco resultado, já que as bases da estrutura escolar se mantiveram quase inalteradas, conforme expressa Nóvoa em entrevista a Honorato e Nery (2020).

Para compreender este rígido modelo, António Nóvoa e Yara Cristina Alvim dividem a educação escolar em 4 pilares, de forma a resumir a fórmula de David Tyack, historiador norte-americano:

> i) a educação tem lugar em edifícios próprios que funcionam de forma relativamente separada do resto da sociedade;
> ii) a sala de aula é o ambiente principal no qual decorrem as atividades escolares;
> iii) o trabalho de professores e alunos é orientado por um programa de ensino, com objetivos bem definidos e disciplinas organizadas numa "grade curricular";
> iv) os professores realizam a sua ação sobretudo a título individual, dando aulas a um grupo de alunos (NÓVOA e ALVIM, 2021, p. 6).

Estas bases, pela primeira vez na história, sofreram uma ruptura radical e globalizada. Visto isso, a estrutura escolar parece vulnerável reestruturações, e com o desejo de envolver-se no processo de transformação profunda da escola, Nóvoa e Alvim (2021) sugerem:

> i) em vez de uma educação em edifícios próprios, que funcionam de forma relativamente separada do resto da sociedade, pensemos no princípio da capilaridade educativa, isto é, de uma educação numa diversidade de tempos e de espaços (escolas, casas, associações, centros de arte, de ciência e de cultura, empresas, comunidades, etc.);
> ii) em vez de um dia-a-dia escolar organizado apenas dentro da sala de aula, pensemos em novos ambientes educativos, abertos e flexíveis, nos quais possa ter lugar uma grande diversidade de atividades (estudo individual, estudo em grupo, trabalho de pesquisa e de criação, escrita individual e coletiva, etc.);
> iii) em vez de um programa de ensino com disciplinas fixas, pensemos em combinar disciplinas e áreas transversais ou grandes questões do mundo, como, por exemplo, os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, levando a cabo um ensino por temas e problemas, por pesquisa e criação;
> iv) em vez de professores exercendo as suas funções a título individual, pensemos em professores trabalhando colaborativamente, assumindo, como coletivo, a responsabilidade pela educação do conjunto dos alunos de uma escola. (NÓVOA e ALVIM, 2021, p. 15)

Porém, se a escola pública está vulnerável para transformações, sua função social também deve estar. A luta por uma educação pública para todos sempre foi pautada pelos movimentos sociais, que agora parecem fragmentados frente à resistência constante aos diversos ataques contra a população e seus direitos historicamente conquistados. A necropolítica, aliada a PEC 241, que congela em 20 anos os investimentos em áreas como a educação, e ao programa Future-se, que busca desresponsabilizar o governo federal para com as universidades públicas, traçam um caminho articulado para o sucateamento e a privatização da educação pública brasileira.

4. CONCLUSÕES

Pela observação dos aspectos históricos, políticos e sociais analisados, foi possível compreender que a crise na estrutura escolar não se deu pela situação pandêmica atual, e que os possíveis desdobramentos hegemônicos e contra-

hegemônicos para o futuro da educação escolar no Brasil também não são resultantes da crise sanitária, pois a política de sucateamento e privatização da educação não é recente, nem a trajetória de luta por uma reestruturação escolar emancipadora.

Porém, visto que o presente trabalho tem caráter inconclusivo, não cabe aqui traçar soluções para o enfrentamento ao projeto de desmonte da educação pública, nem estabelecer formas de transformar os pilares do modelo escolar, mas alertar-se acerca de "receitas prontas" ou discursos que reduzam a realidade escolar a uma certa teoria limitada, e reforçar a importância do estreitamento das relações entre a universidade, a escola e a comunidade.

De modo que, através da reorganização política e da luta pela construção de uma escola pública de qualidade e para todos, se possa edificar uma educação multiculturalista, emancipatória e democrática, que não apenas popularize a cultura letrada e "respeite as diferenças culturais", mas seja capaz de socializar os envolvidos no processo educativo, concebendo as diferentes identidades como sistemas de significação abertos, ampliando o cânone de saberes e das relações de aprendizagem, diante das diversas epistemologias do mundo (MERLEDET; REIS; SUSSEKIND, 2020).

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

HONORATO, Tony e Ana Clara Bortoleto. História da Educação e Covid-19: crise da escola segundo pesquisadores africanos (Akanbi, Chisholm), americanos (Boto, Civera, Cunha, Kinne, Rocha, Romano, Rousmaniere, Southwell, Souza, Taborda, Veiga, Vidal) e europeus (Depaepe, Escolano, Magalhães, Nóvoa). **Acta Scientiarum. Education**, v. 42, p. 1-22, 2020.

KOHAN, Walter Omar. Tempos da escola em tempo de pandemia e necropolítica. **Práxis Educativa (Brasil)**, v. 15, 2020.

MERLADET, Fábio; REIS, Graça; SÜSSEKIND, Maria Luiza. Ecologia de saberes, para adiar o fim da escola. **Práxis Educativa (Brasil)**, v. 15, p. 1-16, 2020.

NÓVOA, António; ALVIM, Yara Cristina. COVID-19 E O FIM DA EDUCAÇÃO 1870-1920-1970-2020. **História da Educação**, v. 25, p. 1-19, 2021.

PINA, Leonardo Docena; GAMA, Carolina Nozella. Base nacional comum curricular: algumas reflexões a partir da pedagogia histórico-crítica. **Nuances: estudos sobre Educação**, v. 31, n. esp. 1, p. 343-364, 2020.